

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	51
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	52

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	869.124
Preferenciais	150.666
Total	1.019.790
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2016	Dividendo	20/01/2017	Ordinária		0,02384
Reunião do Conselho de Administração	20/01/2017	Dividendo	20/01/2017	Preferencial		0,02623
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2017	Dividendo		Ordinária		0,02273
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	28/04/2017	Dividendo		Preferencial		0,02501

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	4.232.369	4.264.913
1.01	Ativo Circulante	912.885	1.090.713
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	106.853	502.133
1.01.03	Contas a Receber	542.335	436.237
1.01.03.01	Clientes	542.335	436.237
1.01.04	Estoques	6.296	6.289
1.01.06	Tributos a Recuperar	35.402	32.858
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	35.402	32.858
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar	487	2.424
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	34.915	30.434
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	221.999	113.196
1.01.08.03	Outros	221.999	113.196
1.01.08.03.01	Outros créditos	98.535	101.989
1.01.08.03.02	Derivativos	123.464	11.207
1.02	Ativo Não Circulante	3.319.484	3.174.200
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.784.266	1.621.246
1.02.01.03	Contas a Receber	34.257	37.562
1.02.01.03.01	Clientes	34.257	37.562
1.02.01.06	Tributos Diferidos	106.743	125.583
1.02.01.06.02	Créditos fiscais diferidos	106.743	125.583
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.643.266	1.458.101
1.02.01.09.03	Derivativos	590	137.691
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	65.028	62.283
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	35.624	27.603
1.02.01.09.07	Ativo financeiro da concessão	1.405.282	1.221.039
1.02.01.09.10	Outros créditos	11.599	9.485
1.02.01.09.11	Ativo financeiro setorial	125.143	0
1.02.04	Intangível	1.535.218	1.552.954
1.02.04.01	Intangíveis	1.535.218	1.552.954

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	4.232.369	4.264.913
2.01	Passivo Circulante	1.255.115	945.048
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.093	15.102
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.093	15.102
2.01.01.01.01	Obrigações estimadas com pessoal	17.093	15.102
2.01.02	Fornecedores	445.241	343.641
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	445.241	343.641
2.01.03	Obrigações Fiscais	62.853	55.063
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.400	25.451
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	789	130
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS a pagar	3.877	3.795
2.01.03.01.03	Contrib.Financ.Seguridade Social - COFINS a pagar	17.911	17.609
2.01.03.01.04	Outros obrigações Federais	3.823	3.917
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	35.631	28.853
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	35.631	28.853
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	822	759
2.01.03.03.01	Outros obrigações Municipais	822	759
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	502.899	341.583
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	449.643	146.441
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	85.920	98.616
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	363.723	47.825
2.01.04.02	Debêntures	53.256	195.142
2.01.04.02.01	Debêntures	53.256	195.142
2.01.05	Outras Obrigações	227.029	189.659
2.01.05.02	Outros	227.029	189.659
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.525	24.672
2.01.05.02.05	Passivo financeiro setorial	32.335	33.152
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	108.890	89.851
2.01.05.02.08	Taxas regulamentares	62.185	41.756
2.01.05.02.09	Entidade de previdência privada	94	228
2.02	Passivo Não Circulante	1.252.750	1.660.076
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.141.415	1.528.192
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	436.099	1.008.939
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	219.295	274.427
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	216.804	734.512
2.02.01.02	Debêntures	705.316	519.253
2.02.01.02.01	Debêntures	705.316	519.253
2.02.02	Outras Obrigações	30.024	47.385
2.02.02.02	Outros	30.024	47.385
2.02.02.02.04	Entidade previdência privada	68	4.972
2.02.02.02.05	Derivativos	17.890	16.801
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	0	7.493
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	12.066	18.119
2.02.04	Provisões	81.311	84.499
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.311	84.499
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	63	187

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	37.443	42.920
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	42.003	39.461
2.02.04.01.05	Outros	1.802	1.931
2.03	Patrimônio Líquido	1.724.504	1.659.789
2.03.01	Capital Social Realizado	1.223.350	1.213.180
2.03.02	Reservas de Capital	191.574	201.743
2.03.04	Reservas de Lucros	246.297	254.852
2.03.04.01	Reserva Legal	40.408	40.408
2.03.04.02	Reserva Estatutária	158.999	144.029
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.890	46.890
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	23.525
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	73.269	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-9.986	-9.986

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	953.510	2.475.450	738.902	2.151.237
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-811.568	-2.020.413	-602.758	-1.714.753
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-621.658	-1.522.039	-453.206	-1.288.232
3.02.02	Custo da Operação	-73.840	-217.363	-67.021	-206.697
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-116.070	-281.011	-82.531	-219.824
3.03	Resultado Bruto	141.942	455.037	136.144	436.484
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-79.746	-224.774	-64.719	-210.585
3.04.01	Despesas com Vendas	-24.517	-73.009	-20.649	-70.486
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.320	-109.965	-33.101	-105.628
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.909	-41.800	-10.969	-34.471
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.196	230.263	71.425	225.899
3.06	Resultado Financeiro	-23.116	-90.717	-42.084	-106.944
3.06.01	Receitas Financeiras	13.963	61.382	33.003	97.797
3.06.02	Despesas Financeiras	-37.079	-152.099	-75.087	-204.741
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	39.080	139.546	29.341	118.955
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.290	-51.306	-10.598	-43.110
3.08.01	Corrente	-18.109	-32.467	-29.049	-89.842
3.08.02	Diferido	3.819	-18.839	18.451	46.732
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.790	88.240	18.743	75.845
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.790	88.240	18.743	75.845
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02000	0,09000	0,02000	0,07000
3.99.01.02	PN	0,03000	0,09000	0,02000	0,08000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	24.790	88.240	18.743	75.845
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-16.937
4.02.01	Ganhos (Perdas) atuariais	0	0	0	-16.937
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.790	88.240	18.743	58.908

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	122.183	278.968
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	437.188	424.022
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes dos tributos	139.547	118.955
6.01.01.02	Amortização	124.335	118.741
6.01.01.03	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.590	29.108
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.970	14.147
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	113.434	129.357
6.01.01.06	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	190	-56
6.01.01.07	Perda (ganho) na baixa de não circulante	24.122	16.763
6.01.01.08	PIS e COFINS Diferidos	0	-2.993
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-315.005	-145.054
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-116.686	-47.176
6.01.02.02	Tributos a compensar	-10.449	-13.252
6.01.02.03	Depósitos judiciais	149	-12.051
6.01.02.04	Contas a receber - Eletrobrás	3.541	131.527
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	-110.826	391.913
6.01.02.08	Outros ativos operacionais	6.906	25.918
6.01.02.09	Fornecedores	101.600	-170.813
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-31.924	-62.972
6.01.02.11	Outros tributos e contribuições sociais	7.132	-10.985
6.01.02.12	Outras obrigações com entidade de previdência privada	-5.228	-7.428
6.01.02.13	Encargos de dividas e debêntures pagos	-123.789	-136.323
6.01.02.14	Taxas regulamentares	20.430	-134.488
6.01.02.15	Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	-27.853	-23.593
6.01.02.16	Contas a pagar - CDE	6.971	-2.831
6.01.02.17	Passivo financeiro setorial	-23.256	-50.905
6.01.02.20	Outros passivos operacionais	-11.723	-21.595
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-278.556	-213.148
6.02.01	Adições ao intangível	-278.449	-211.471
6.02.02	Titulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-107	-1.677
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-238.907	-318.713
6.03.01	Captação de empréstimos e debêntures	376.605	253.201
6.03.02	Amortização de principal de empréstimos e debentures	-574.629	-488.766
6.03.03	Liquidação de operações com derivativos	-16.211	89.284
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-24.672	-172.432
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-395.280	-252.893
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	502.133	693.058
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	106.853	440.165

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.213.180	201.743	254.852	0	-9.986	1.659.789
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.213.180	201.743	254.852	0	-9.986	1.659.789
5.04	Transações de Capital com os Sócios	10.170	-10.170	-23.525	0	0	-23.525
5.04.01	Aumentos de Capital	10.170	-10.170	0	0	0	0
5.04.09	Aprovação proposta de Dividendo e JCP	0	0	-23.525	0	0	-23.525
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	88.240	0	88.240
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	88.240	0	88.240
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.971	-14.971	0	0
5.06.05	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	14.971	-14.971	0	0
5.07	Saldos Finais	1.223.350	191.573	246.298	73.269	-9.986	1.724.504

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.199.071	215.852	221.797	0	-6.070	1.630.650
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.199.071	215.852	221.797	0	-6.070	1.630.650
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-40.545	-24.672	0	-65.217
5.04.09	Aprovação proposta de Dividendo e JCP	0	0	-40.545	0	0	-40.545
5.04.10	Dividendo Intermediário	0	0	0	-24.672	0	-24.672
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.845	-16.937	58.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.845	0	75.845
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-16.937	-16.937
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	14.109	-14.109	41.512	-41.512	0	0
5.06.04	Aumentos de Capital	14.109	-14.109	0	0	0	0
5.06.05	Movimentação da reserva estatutária no período	0	0	41.512	-41.512	0	0
5.07	Saldos Finais	1.213.180	201.743	222.764	9.661	-23.007	1.624.341

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	3.991.425	3.725.539
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.724.910	3.520.117
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	280.485	219.569
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-13.970	-14.147
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.182.725	-1.850.319
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.692.103	-1.431.240
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-396.893	-327.601
7.02.04	Outros	-93.729	-91.478
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.808.700	1.875.220
7.04	Retenções	-124.585	-118.828
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106.833	-101.075
7.04.02	Outras	-17.752	-17.753
7.04.02.01	Amortização do Intangível da Concessão	-17.752	-17.753
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.684.115	1.756.392
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.157	103.516
7.06.02	Receitas Financeiras	65.157	103.516
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.749.272	1.859.908
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.749.272	1.859.908
7.08.01	Pessoal	92.322	83.397
7.08.01.01	Remuneração Direta	57.854	54.891
7.08.01.02	Benefícios	30.034	24.488
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.434	4.018
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.411.235	1.490.449
7.08.02.01	Federais	658.594	704.471
7.08.02.02	Estaduais	752.268	785.678
7.08.02.03	Municipais	373	300
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	157.475	210.217
7.08.03.01	Juros	154.370	207.189
7.08.03.02	Aluguéis	3.105	3.028
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	88.240	75.845
7.08.04.02	Dividendos	0	24.672
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	88.240	51.173

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – Rio Grande Energia

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	3º Trimestre			9 meses		
	2017	2016 (Reapresentado*)	Variação	2017	2016 (Reapresentado*)	Variação
Receita operacional bruta	1.487.270	1.217.718	22,1%	4.005.395	3.739.686	7,1%
Fornecimento de energia elétrica (**)	956.690	856.942	11,6%	2.762.734	2.929.603	-5,7%
Suprimento de energia elétrica	62.153	79.051	-21,4%	178.295	210.225	-15,2%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	115.660	82.397	40,4%	280.485	219.569	27,7%
Outras receitas operacionais	182.830	187.059	-2,3%	568.517	608.924	-6,6%
Ativo e passivo financeiro setorial	169.937	12.268	1285,2%	215.365	(228.635)	-194,2%
Deduções da receita operacional	(533.760)	(478.816)	11,5%	(1.529.945)	(1.588.449)	-3,7%
Receita operacional líquida	953.510	738.902	29,0%	2.475.450	2.151.237	15,1%
Custo com energia elétrica	(621.658)	(453.206)	37,2%	(1.522.039)	(1.288.232)	18,1%
Energia comprada para revenda	(547.035)	(396.852)	37,8%	(1.385.947)	(1.101.578)	25,8%
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(74.623)	(56.354)	32,4%	(136.092)	(186.654)	-27,1%
Custo e despesa operacional	(269.656)	(214.271)	25,8%	(723.147)	(637.106)	13,5%
Pessoal	(32.864)	(29.703)	10,6%	(99.489)	(90.134)	10,4%
Entidade de previdência privada	(63)	(215)	-70,5%	(190)	56	-435,8%
Material	(8.832)	(6.951)	27,1%	(23.883)	(20.719)	15,3%
Serviço de terceiros	(36.214)	(34.049)	6,4%	(105.172)	(97.792)	7,5%
Amortização	(35.473)	(34.058)	4,2%	(106.582)	(100.988)	5,5%
Amortização de intangível de concessão	(5.918)	(5.918)	0,0%	(17.753)	(17.753)	0,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(115.660)	(82.397)	40,4%	(280.485)	(219.569)	27,7%
Outros	(34.633)	(20.981)	65,1%	(89.593)	(90.207)	-0,7%
Resultado do serviço	62.196	71.425	-12,9%	230.263	225.899	1,9%
Resultado financeiro	(23.116)	(42.084)	-45,1%	(90.717)	(106.944)	-15,2%
Receitas financeiras	13.963	33.003	-57,7%	61.382	97.797	-37,2%
Despesas financeiras	(37.079)	(75.087)	-50,6%	(152.099)	(204.741)	-25,7%
Resultado antes dos tributos	39.080	29.341	33,2%	139.547	118.955	17,3%
Contribuição social	(3.861)	(2.931)	31,7%	(13.629)	(11.812)	15,4%
Imposto de renda	(10.429)	(7.667)	36,0%	(37.677)	(31.298)	20,4%
Resultado Líquido do Período	24.790	18.743	32,3%	88.240	75.845	16,3%
EBITDA	103.586	111.400	-7,0%	354.598	344.640	2,9%

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

(**) Para efeitos de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação da Receita pela disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2017 foi de R\$ 1.487.270, apresentando aumento de 22,1% (R\$ 269.552) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.371.610, apresentando um aumento de 20,8% (R\$ 236.289) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de energia elétrica:** aumento de 11,6% (R\$ 99.748), principalmente pelo aumento (i) de 7,8% na tarifa média decorrente do Reajuste Tarifária Anual (“RTA”) de 3,81% a partir de junho de 2017 e aplicação da bandeira tarifária vermelha e amarela no 3º trimestre de 2017 e bandeira verde no 3º trimestre de 2016 o que aumentou a tarifa média em 3,6% e (ii) de 3,6% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** redução de 21,4% (R\$ 16.898) basicamente: (i) energia elétrica comercializada no curto prazo (R\$ 23.885) em função de mais sobras de energia no 3º trimestre de 2016, compensado parcialmente pelo aumento em (ii) outras concessionárias e permissionárias (R\$ 3.011) em função principalmente do RTA de junho de 2017.
- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 2,3% (R\$ 4.229) basicamente: (i) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 10.630), compensado parcialmente por (ii) arrendamento e aluguéis (R\$ 3.506) e (iii) subvenções baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (R\$ 2.546).
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** aumento de R\$ 157.669 principalmente em: (i) diferimento do custo de energia e (ii) amortização da sobrecontratação.

Comentário do Desempenho

Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos, incluindo outras concessionárias e permissionárias, teve queda de 0,5% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 33,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 1,4% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este resultado é explicado em parte pela maior quantidade de dias de faturamentos no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior e também pelo bom desempenho da massa de renda Brasil.

A classe comercial, que representa 15,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou queda de 1,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O desempenho é resultado da migração de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 16,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 10,9% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho negativo é consequência direta do efeito da migração de clientes para mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e concessionárias e permissionárias) participam com 35,1% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram crescimento de 3,7% no 3º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete principalmente o desempenho da classe Rural, com crescimento de 10,7%. Esse resultado é explicado pela pluviometria, que além de ter sido menor que o 3º trimestre de 2016, foi abaixo da média para o período. Também demonstrou bom desempenho a classe Serviço Público com crescimento de 5,9%.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve um crescimento de 2,6% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe apresenta crescimento na classe residencial de 1,4%, de 0,6% na classe comercial, 2,8% na classe industrial e 4,3% na demais classes de consumo.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2017 foram de R\$ 533.760 apresentando um aumento de 11,5% (R\$ 54.944) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente: (i) ICMS, PIS e COFINS (R\$ 40.842), (ii) bandeiras tarifárias (R\$ 32.023) e redução no (iii) CDE (R\$ 18.822).

Custo com energia elétrica

No 3º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 621.658 apresentando um aumento de 37,2% (R\$ 168.452) em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação é explicada:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 37,8% (R\$ 150.183) em função: (i) do aumento de 53,8% no preço médio justificado principalmente pelo preço de liquidação de diferenças ("PLD"), compensado parcialmente por (ii) redução de 10,4% no volume de energia comprada e (iii) crédito de PIS e COFINS.
- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** aumento de 32,4% (R\$ 18.269), impactado principalmente pelo: (i) Encargo de rede básica (R\$ 40.724), (ii) Encargos de transporte Itaipu (R\$ 6.821), compensado parcialmente pelo (iii) Encargo do Serviço do Sistema ("ESS") e Encargos de energia de reserva ("EER") (R\$ 28.337) e (iv) crédito de PIS e COFINS (R\$ 1.862).

Comentário do Desempenho

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 269.656 no 3º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 25,8% (R\$ 55.385) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 153.996, apresentando aumento de 16,8% (R\$ 22.122).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 112.606 neste trimestre, um aumento de 22,5% (R\$ 20.707) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 10,6% (R\$ 3.161), principalmente pelo acordo coletivo de trabalho.
- ii. **Material:** aumento de 27,1% (R\$ 1.881), principalmente em (i) gastos sociais vinculados a empréstimos do BNDES (R\$ 927) e (ii) material para manutenção de linhas e redes (R\$ 627).
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 6,4% (R\$ 2.165), principalmente em (i) manutenção de linhas, redes e subestações (R\$ 893), (ii) (manutenção de hardware e software (R\$ 542) e (iii) entrega e cobrança de fatura (R\$ 501).
- iv. **Outros:** aumento de 65,1% (R\$ 13.652), principalmente em: (i) perdas na alienação, desativação e outros de ativo não circulante (R\$ 5.952), (ii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 3.715), (iii) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 2.689), (iv) multas DIC/FIC (R\$ 427) e (v) taxa de arrecadação (R\$ 404).

➤ Amortização

Aumento de despesa de amortização de 4,2% (R\$ 1.415), basicamente em função do incremento de investimentos na base do ativo intangível.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 23.116, uma redução de 45,1% (R\$ 18.968) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 57,7% (R\$ 19.040), principalmente em: (i) rendimentos de aplicações financeiras (R\$ 16.667), (ii) atualização dos parcelamentos de débitos (R\$ 1.985), (iii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 1.958) e (iv) redução no PIS e COFINS (R\$ 1.309).
- **Despesas financeiras:** redução de 50,6% (R\$ 38.008), principalmente em: (i) encargos e atualizações monetárias e cambiais sobre empréstimos, debêntures e derivativos (R\$ 33.682), (ii) variação cambial de Itaipu (R\$ 1.453), (iii) atualização das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (R\$ 1.189), e (iv) desconto concedido em negociação (R\$ 1.532).

Comentário do Desempenho

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado neste trimestre foi de R\$ 14.290, apresentando um aumento de 34,8% (R\$ 3.692) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 24.790, com aumento de 32,3% (R\$ 6.047), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 103.586, apresentando uma redução de 7,0% (R\$ 7.814) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	106.853	502.133
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	542.335	436.237
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	487	2.424
Outros tributos a compensar	7	34.915	30.434
Derivativos	29	123.464	11.207
Estoques		6.296	6.289
Outros créditos	11	98.535	101.989
Total do circulante		912.886	1.090.713
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	34.257	37.562
Depósitos judiciais	19	65.028	62.283
Outros tributos a compensar	7	35.624	27.603
Ativo financeiro setorial	8	125.143	-
Derivativos	29	590	137.691
Créditos fiscais diferidos	9	106.743	125.583
Ativo financeiro da concessão	10	1.405.282	1.221.039
Outros créditos	11	11.599	9.486
Intangível	12	1.535.218	1.552.954
Total do não circulante		3.319.484	3.174.200
Total do ativo		4.232.369	4.264.913

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/09/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	445.241	343.641
Empréstimos e financiamentos	14	449.643	146.441
Debêntures	15	53.256	195.142
Entidade de previdência privada	16	94	228
Taxas regulamentares	17	62.185	41.756
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	789	130
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	62.064	54.933
Dividendo e juros sobre capital próprio	21	23.525	24.672
Obrigações estimadas com pessoal		17.093	15.102
Passivo financeiro setorial	8	32.335	33.152
Outras contas a pagar	20	108.889	89.850
Total do circulante		1.255.115	945.048
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	436.099	1.008.939
Debêntures	15	705.316	519.253
Entidade de previdência privada	16	68	4.972
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	81.311	84.499
Derivativos	29	17.890	16.801
Passivo financeiro setorial	8	-	7.493
Outras contas a pagar	20	12.065	18.119
Total do não circulante		1.252.750	1.660.077
Patrimônio líquido			
Capital social	21	1.223.350	1.213.180
Reserva de capital		191.574	201.743
Reserva legal		40.408	40.408
Reserva de retenção de lucros para investimento		46.890	46.890
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		159.000	144.029
Dividendo		-	23.525
Resultado abrangente acumulado		(9.986)	(9.986)
Lucros acumulados		73.269	-
Total do patrimônio líquido		1.724.504	1.659.789
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.232.369	4.264.913

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2017		2016	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre 2016 (Reapresentado*)	9 meses 2016 (Reapresentado*)
Receita operacional líquida	23	953.510	2.475.450	738.902	2.151.237
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(621.658)	(1.522.039)	(453.206)	(1.288.232)
Custo de operação	25	(73.840)	(217.363)	(67.021)	(206.697)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(116.070)	(281.011)	(82.531)	(219.824)
Lucro operacional bruto		141.942	455.037	136.144	436.484
Despesas operacionais	25				
Despesas com vendas		(24.517)	(73.009)	(20.649)	(70.486)
Despesas gerais e administrativas		(38.320)	(109.965)	(33.101)	(105.628)
Outras despesas operacionais		(16.909)	(41.799)	(10.970)	(34.470)
Resultado do serviço		62.196	230.263	71.425	225.899
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		13.963	61.382	33.003	97.797
Despesas financeiras		(37.079)	(152.099)	(75.087)	(204.741)
		(23.116)	(90.717)	(42.084)	(106.944)
Lucro antes dos tributos		39.080	139.547	29.341	118.955
Contribuição social	9	(3.861)	(13.629)	(2.931)	(11.812)
Imposto de renda	9	(10.429)	(37.677)	(7.667)	(31.298)
		(14.291)	(51.306)	(10.598)	(43.110)
Lucro líquido do período		24.790	88.240	18.743	75.845
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	22	0,02	0,09	0,02	0,07
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	22	0,03	0,09	0,02	0,08

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

RIO GRANDE ENERGIAS S/A
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	24.790	88.240	18.743	75.845
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	(16.937)
Resultado abrangente do período	24.790	88.240	18.743	58.908

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S/A

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.213.180	201.743	40.408	46.890	144.029	23.525	(9.986)	-	1.659.789
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	88.240	88.240
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	10.169	(10.169)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	14.971	-	-	(14.971)	-
Transações de capital com os acionistas									
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(23.525)	-	-	(23.525)
Saldos em 30 de setembro de 2017	1.223.350	191.574	40.408	46.890	159.000	-	(9.986)	73.269	1.724.504

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

RIO GRANDE ENERGIA S/A

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 30 de setembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros para investimento	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.199.071	215.852	35.494	46.890	98.868	40.545	(6.070)	-	1.630.650
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	75.845	75.845
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	(16.937)	-	(16.937)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	14.109	(14.109)	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação da reserva estatutária no período	-	-	-	-	41.512	-	-	(41.512)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	-	(24.672)	(24.672)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(40.545)	-	-	(40.545)
Saldos em 30 de setembro de 2016	1.213.180	201.743	35.494	46.890	140.380	-	(23.007)	9.661	1.624.341

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Rio Grande Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Lucro antes dos tributos	139.547	118.955
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	124.335	118.741
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.590	29.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.970	14.147
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	113.434	129.357
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	190	(56)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	24.122	16.763
PIS e COFINS diferidos	-	(2.993)
	437.188	424.022
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(116.686)	(47.176)
Tributos a compensar	(10.449)	(13.252)
Depósitos judiciais	149	(12.051)
Ativo financeiro setorial	(110.826)	391.913
Contas a receber - Eletrobrás	3.541	131.527
Outros ativos operacionais	6.906	25.918
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	101.600	(170.813)
Outros tributos e contribuições sociais	7.132	(10.985)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(5.228)	(7.428)
Taxas regulamentares	20.430	(134.488)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(27.853)	(23.593)
Passivo financeiro setorial	(23.256)	(50.905)
Contas a pagar - CDE	6.971	(2.831)
Outros passivos operacionais	(11.723)	(21.595)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	277.896	478.263
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(123.789)	(136.323)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(31.924)	(62.972)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	122.183	278.968
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	(107)	(1.677)
Adições de intangível	(278.449)	(211.471)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(278.556)	(213.148)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	376.605	253.201
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(574.629)	(488.766)
Liquidação de operações com derivativos	(16.211)	89.284
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(24.672)	(172.432)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(238.907)	(318.713)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(395.280)	(252.893)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	502.133	693.058
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	106.853	440.165

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

Rio Grande Energia S/A
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	9 meses 2017	9 meses 2016 (Reapresentado *)
1 - Receita	3.991.425	3.725.539
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.724.910	3.520.117
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	280.485	219.569
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.970)	(14.147)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.182.724)	(1.850.319)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.692.103)	(1.431.240)
2.2 Material	(177.071)	(131.475)
2.3 Serviços de terceiros	(219.821)	(196.126)
2.4 Outros	(93.729)	(91.478)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.808.700	1.875.220
4 - Retenções	(124.586)	(118.828)
4.1 Amortização	(106.834)	(101.075)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(17.753)	(17.753)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.684.115	1.756.392
6 - Valor adicionado recebido em transferência	65.157	103.516
6.1 Receitas financeiras	65.157	103.516
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.749.272	1.859.908
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	92.322	83.397
8.1.1 Remuneração direta	57.854	54.891
8.1.2 Benefícios	30.034	24.488
8.1.3 F.G.T.S	4.434	4.018
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.411.235	1.490.449
8.2.1 Federais	658.594	704.471
8.2.2 Estaduais	752.268	785.678
8.2.3 Municipais	373	300
8.3 Remuneração de capital de terceiros	157.475	210.217
8.3.1 Juros	154.370	207.189
8.3.2 Aluguéis	3.105	3.028
8.4 Remuneração de capital próprio	88.240	75.845
8.4.0 Dividendos (incluindo adicional proposto)	-	24.672
8.4.1 Lucros retidos	88.240	51.173
	1.749.272	1.859.908

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são partes integrantes das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Rio Grande Energia (“RGE” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Mario de Boni, 1902 – Bairro Floresta – Caxias do Sul - RS – Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 255 municípios. Entre os principais estão Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo a aproximadamente 1,5 milhões de consumidores. (informações não revisadas pelos auditores independentes).

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentou nas informações contábeis intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 342.229, o que está dentro dos planos de redução nos custos das dívidas da Companhia. Adicionalmente a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 6 de novembro de 2017.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por

Notas Explicativas

meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 8 – Ativo e passivo financeiro setorial (determinados componentes financeiros que podem surgir sem metodologia prévia);
- Nota 9 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão; (premissas para determinação do valor justo);
- Nota 11 – Outros créditos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota 12 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento e tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados); e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

2.6 Reapresentações nas informações contábeis intermediárias do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016

Conforme mencionado na nota 2.6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, anteriormente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos correspondentes às demonstrações do resultado e do valor adicionado, em relação à aquelas originalmente emitidas em 07 de novembro de 2016.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a demonstração do fluxo de caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

- **Demonstração do resultado do período**

	3º Trimestre 2016	Reclassificações	3º Trimestre 2016 (Reapresentado)	9 meses 2016	Reclassificações	9 meses 2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	726.108	12.794	738.902	2.094.197	57.040	2.151.237
Custo do serviço de energia elétrica						
Custo com energia elétrica	(453.206)	-	(453.206)	(1.288.232)	-	(1.288.232)
Custo de operação	(67.021)	-	(67.021)	(206.697)	-	(206.697)
Custo do serviço prestado a terceiros	(82.531)	-	(82.531)	(219.824)	-	(219.824)
Lucro operacional bruto	123.350	12.794	136.144	379.444	57.040	436.484
Despesas operacionais						
Despesas com vendas	(20.649)	-	(20.649)	(70.486)	-	(70.486)
Despesas gerais e administrativas	(33.101)	-	(33.101)	(105.628)	-	(105.628)
Outras despesas operacionais	(10.970)	-	(10.970)	(34.470)	-	(34.470)
Resultado do serviço	58.631	12.794	71.425	168.859	57.040	225.899
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	47.675	(14.672)	33.003	159.024	(61.227)	97.797
Despesas financeiras	(76.965)	1.878	(75.087)	(208.928)	4.187	(204.741)
	29.341	-	29.341	118.955	-	118.955
Lucro antes dos tributos	29.341	-	29.341	118.955	-	118.955
Contribuição social	(2.931)	-	(2.931)	(11.812)	-	(11.812)
Imposto de renda	(7.667)	-	(7.667)	(31.298)	-	(31.298)
	(10.598)	-	(10.598)	(43.110)	-	(43.110)
Lucro líquido do período	18.743	-	18.743	75.845	-	75.845

Notas Explicativas

• Demonstração do valor adicionado do período

	9 meses 2016	Reclassificações	9 meses 2016 (Reapresentado)
1 - Receita	3.668.499	57.040	3.725.539
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.463.077	57.040	3.520.117
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	219.569	-	219.569
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.147)	-	(14.147)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.850.319)	-	(1.850.319)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.431.240)	-	(1.431.240)
2.2 Material	(131.475)	-	(131.475)
2.3 Serviços de terceiros	(196.126)	-	(196.126)
2.4 Outros	(91.478)	-	(91.478)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.818.180	57.040	1.875.220
4 - Retenções	(118.828)	-	(118.828)
4.1 Amortização	(101.075)	-	(101.075)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(17.753)	-	(17.753)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.699.352	57.040	1.756.392
6 - Valor adicionado recebido em transferência	164.743	(61.227)	103.516
6.1 Receitas financeiras	164.743	(61.227)	103.516
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.864.095	(4.187)	1.859.908
8 - Distribuição do valor adicionado			
8.1 Pessoal e encargos	83.397	-	83.397
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.490.449	-	1.490.449
8.3 Remuneração de capital de terceiros	214.404	(4.187)	210.217
8.3.1 Juros	211.376	(4.187)	207.189
8.3.2 Aluguéis	3.028	-	3.028
8.4 Remuneração de capital próprio	75.845	-	75.845
	1.864.095	(4.187)	1.859.908

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A., e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos bancários	11.945	12.011
Aplicações financeiras	<u>94.908</u>	<u>490.122</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	20.109	3.403
Certificado de depósito bancário (b)	10.446	243.873
Fundos de investimento (c)	<u>64.353</u>	<u>242.846</u>
Total	<u>106.853</u>	<u>502.133</u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").
- b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,9% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, de 101,9% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	30/09/2017	31/12/2016
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	127.690	45.398	3.379	176.468	118.630
Industrial	32.389	10.780	4.455	47.624	35.260
Comercial	48.070	9.171	8.092	65.333	49.795
Rural	23.720	3.188	315	27.223	24.274
Poder público	9.163	1.528	102	10.792	9.357
Iluminação pública	9.286	557	159	10.003	9.785
Serviço público	11.080	103	35	11.218	9.664
Faturado	261.398	70.725	16.537	348.661	256.765
Não faturado	129.303	-	-	129.303	131.222
Parcelamento de débito de consumidores	13.445	1.853	6.263	21.560	21.141
Operações realizadas na CCEE	36.084	-	-	36.084	28.497
Concessionárias e permissionárias	26.391	-	-	26.391	15.776
	466.621	72.578	22.800	561.999	453.401
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(19.664)	(17.164)
Total				542.335	436.237
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	37.100	-	-	37.100	40.609
	37.100	-	-	37.100	40.609
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.843)	(3.047)
Total				34.257	37.562

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(20.211)	(2.357)	(22.568)
Provisão revertida (constituída) liquida	(20.813)	(77)	(20.890)
Recuperação de receita	6.920	-	6.920
Baixa de contas a receber provisionadas	11.598	-	11.598
Saldo em 30/09/2017	(22.507)	(2.433)	(24.940)
Circulante	(19.664)	(2.433)	(22.097)
Não Circulante	(2.843)	-	(2.843)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico e probabilidade de inadimplência e segue os seguintes critérios:

Classe	Vencidos acima de:
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias
Faturas diversas	180 dias
Parcelamento de débitos	90 dias. Em caso de atraso de uma parcela, todo o saldo é provisionado.

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/09/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>		
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	1.841
Imposto de renda e contribuição social a compensar	487	583
Imposto de renda e contribuição social a compensar	487	2.424
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	3.950	3.596
ICMS a compensar	26.511	22.043
Programa de integração social - PIS	407	469
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.879	2.166
Instituto nacional de seguridade social - INSS	2.150	2.150
Outros	18	10
Outros tributos a compensar	34.915	30.434
Total Circulante	35.402	32.858
<u>Não circulante</u>		
ICMS a compensar	35.624	27.603
Total Não circulante	35.624	27.603

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2016			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento		Saldo em 30/09/2017		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total	
Parcela "A"											
CVA (*)											
CDE (**)	(35.516)	(482)	(35.997)	(32.777)	12.020	597	-	(14.396)	(41.761)	(56.158)	
Custos energia elétrica	(9.587)	(213.852)	(223.439)	120.933	246.885	(6.288)	(81.291)	66.521	(9.721)	56.800	
ESS e EER (***)	(46.828)	(31.955)	(78.783)	(83.164)	57.492	(6.302)	-	(70.542)	(40.214)	(110.757)	
Proinfa	298	4.466	4.764	(3.659)	(3.578)	(452)	-	(3)	(2.923)	(2.925)	
Rede básica	6.597	1.482	8.079	9.877	(4.946)	840	-	5.280	8.570	13.850	
Repasse de Itaipu	40.347	192.932	233.280	110.032	(233.499)	6.700	-	108.205	8.307	116.512	
Transporte de Itaipu	1.244	1.342	2.586	1.452	(1.802)	135	-	1.152	1.219	2.370	
Neutralidade dos encargos setoriais	18.158	12.584	30.741	(21.730)	(10.689)	(315)	-	2.760	(4.754)	(1.994)	
Sobrecontratação	18.977	10.358	29.336	58.073	(19.569)	2.070	8	46.804	23.114	69.918	
Outros componentes financeiros	(9.873)	(1.337)	(11.211)	14.090	(75)	2.386	-	1.644	3.545	5.190	
Total	(16.183)	(24.461)	(40.645)	173.126	42.239	(630)	(81.283)	147.425	(54.618)	92.808	
Ativo não circulante			-							125.143	
Passivo circulante			(33.152)							(32.335)	
Passivo não circulante			(7.493)							-	

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1- Composição dos créditos fiscais:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	3.896	7.784
Benefício fiscal do intangível incorporado	22.042	23.629
Diferenças temporariamente indedutíveis	(7.823)	(8.742)
Subtotal	18.115	22.671
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	19.331	29.612
Benefício fiscal do intangível incorporado	91.029	97.584
Diferenças temporariamente indedutíveis	(21.731)	(24.284)
Subtotal	88.628	102.911
Total	106.743	125.583

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do ágio incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia. A fim de refletir adequadamente a alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro, são registrados mensalmente créditos fiscais diferidos sobre eventuais prejuízos que possuem projeções positivas conforme referidos estudos.

9.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11% (4,11% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016).

9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>30/09/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	7.318	20.328	7.605	21.125
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.447	6.796	2.233	6.204
Programas de P&D e eficiência energética	4.340	12.056	4.084	11.343
Provisão relacionada a pessoal	343	953	766	2.127
Derivativos	(8.840)	(24.555)	(11.393)	(31.647)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	2.594	7.206	2.787	7.742
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(21.682)	(60.227)	(19.640)	(54.557)
Perdas atuariais (CPC)	644	1.790	644	1.790
Instrumentos financeiros (CPC)	(97)	(270)	(796)	(2.212)
Outros	1.544	4.289	1.402	3.899
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	3.565	9.903	3.565	9.903
Total	(7.823)	(21.731)	(8.742)	(24.284)

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016:

	CSLL			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes dos tributos	39.080	139.547	29.341	118.955
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(586)	(1.061)	(862)	(1.025)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	4.132	11.728	3.615	12.397
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	280	1.223	476	916
Base de cálculo	42.906	151.437	32.571	131.242
Alíquota aplicável	9%	9%	9%	9%
Total	(3.861)	(13.629)	(2.931)	(11.812)
Corrente	(5.007)	(9.072)	(7.952)	(24.589)
Diferido	1.146	(4.557)	5.021	12.777

	IRPJ			
	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro Antes dos Tributos	39.080	139.547	29.341	118.955
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	11	33	11	33
Incentivos fiscais - PIIT(*)	(586)	(1.061)	(862)	(1.025)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	4.132	11.728	3.615	12.397
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(920)	463	(1.437)	(5.168)
Base de Cálculo	41.717	150.710	30.668	125.192
Alíquota Aplicável	25%	25%	25%	25%
Total	(10.429)	(37.677)	(7.667)	(31.298)
Corrente	(13.102)	(23.394)	(21.097)	(65.253)
Diferido	2.673	(14.283)	13.430	33.955

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2016	1.221.039
Adições	165.758
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	24.118
Baixas	(5.633)
Saldo em 30/09/2017	1.405.282

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR" nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23) no resultado do período (R\$ 22.683 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e R\$ 57.040 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016).

Notas Explicativas**(11) OUTROS CRÉDITOS**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Cauções, fundos e depósitos vinculados	2.058	6.173	8.212	5.418
Ordens em curso	39.760	32.980	-	-
Serviços prestados a terceiros	2.807	4.116	-	-
Despesas antecipadas	9.471	8.371	3.387	4.067
Contas a receber - Eletrobrás	35.945	39.486	-	-
Adiantamentos a funcionários	2.590	2.282	-	-
Outros	8.338	10.938	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.433)	(2.357)	-	-
Total	98.535	101.989	11.599	9.486

Contas a receber – Eletrobrás – Refere-se às (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.560 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2016), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 33.384 (R\$ 34.753 em 31 de dezembro de 2016); e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 1 (R\$ 2.333 em 31 de dezembro de 2016), (nota 23.3). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE (nota 17) e o contas a receber – Eletrobrás no valor de R\$ 18.259 (nota 23.3).

(12) INTANGÍVEL

	Direito de concessão			Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso		
Saldo em 31/12/2016	258.397	1.171.064	121.796	1.696	1.552.954
Custo histórico	1.120.884	2.472.876	121.796	33.103	3.748.659
Amortização acumulada	(862.487)	(1.301.812)	-	(31.407)	(2.195.706)
Adições	-	-	281.795	-	281.795
Amortização	(17.753)	(106.273)	-	(559)	(124.584)
Transferência - intangíveis	-	111.133	(111.133)	-	-
Transferência - ativo financeiro	-	(20)	(165.738)	-	(165.758)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(9.189)	-	-	(9.189)
Saldo em 30/09/2017	240.644	1.166.715	126.722	1.137	1.535.218
Custo histórico	1.120.884	2.544.699	126.722	33.103	3.825.408
Amortização acumulada	(880.240)	(1.377.984)	-	(31.966)	(2.290.190)

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados R\$ 3.097 (R\$ 2.997 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), a uma taxa média de 7,50% a.a. (nota 26).

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

(13) FORNECEDORES

	30/09/2017	31/12/2016
Encargos de serviço do sistema	-	7.115
Suprimento de energia elétrica	359.733	223.938
Encargos de uso da rede elétrica	37.442	18.320
Materiais e serviços	48.067	94.269
Total	445.241	343.641

Notas Explicativas

(14) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017				31/12/2016			
				Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
				Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Mensuradas ao custo											
Moeda nacional											
BNDES - Investimento											
FNNAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Avél da CPFL Energia	8	2.007	2.509	4.524	12	2.007	4.014	6.033
FNNAME	Pré fixado 10,0%	90 parcelas mensais a partir de maio de 2012	Bens vinculados em alienação fiduciária	-	59	64	123	1	59	108	168
FNNAME	Pré fixado 10,0%	66 Parcelas mensais a partir de outubro 2015	Bens vinculados em alienação fiduciária	2	136	339	477	2	136	441	579
FNEM V (c)	TJLP + 2,12 a 3,3%	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	24	6.938	-	6.962	83	20.640	1.720	22.443
FNEM V (b)	Pré fixado 5,5%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	22	2.890	6.743	9.655	28	2.890	8.910	11.828
FNEM VI (e) (f)	TJLP + 2,06 a 3,08%	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	207	26.834	33.543	60.584	292	26.611	53.223	80.126
FNEM VI (a)	Pré fixado 2,5%	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	54	10.144	42.267	52.465	66	10.144	49.875	60.085
FNEM VI (a)	Pré fixado 2,5%	114 parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	1	159	663	823	1	159	782	942
FNEM VII (b)	Pré fixado 6,0%	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	85	5.426	29.845	35.356	101	5.426	33.915	39.442
FNEM VII (g)	SELIC + 2,62% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	62	13.420	46.969	60.451	74	12.416	52.770	65.260
FNEM VII (d)	TJLP + 2,12% a 2,66%	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	238	15.577	54.519	70.334	294	15.448	65.652	81.394
Outros											
Eletrobrás	RGR + 6,0%	120 Parcelas mensais a partir de maio de 2008	Recebíveis e Notas Promissórias	22	1.764	2.668	4.454	29	1.854	3.968	5.851
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				725	85.353	220.128	306.206	983	97.791	275.379	374.153
Mensuradas ao valor justo											
Moeda estrangeira											
Instituições financeiras											
J. P. Morgan	US\$ + 2,78% (4)	Parcela única em fevereiro de 2019	Avél da CPFL Energia e nota promissória	-	-	-	-	2.001	-	197.825	199.826
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,82% (1)	Parcela única em abril de 2018	Avél da CPFL Energia e nota promissória	231	57.368	-	57.599	189	-	58.664	58.853
Bank of Tokyo-Mitsubishi	US\$ + Libor 3 meses + 0,83% (2)	Parcela única em maio de 2016	Avél da CPFL Energia e nota promissória	592	261.342	-	261.934	494	-	267.246	267.740
HSBC	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (3)	Parcela única em outubro de 2017	Avél da CPFL Energia e nota promissória	214	43.334	-	43.548	183	44.313	-	44.496
Operação sindicalizada (**) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada											
	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (4)	05 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Avél da CPFL Energia e nota promissória	900	-	212.473	213.373	830	-	217.273	218.103
Marcação a mercado				-	(258)	7.019	6.761	-	(184)	(3.257)	(3.441)
Total moeda estrangeira ao valor justo				1.937	361.786	219.492	583.215	3.696	44.129	737.751	785.576
Gastos com captação (*)				-	(158)	(3.521)	(3.679)	-	(158)	(4.190)	(4.348)
Total				2.662	446.981	436.099	886.742	4.679	141.762	1.008.939	1.155.380

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 107,70% do CDI a.a. (2) 106,40% do CDI a.a. (3) 105,95% do CDI a.a. (4) 109,1% do CDI a.a. a 119,00% do CDI a.a.

(a) taxa efetiva 30% a 40% do CDI

(b) taxa efetiva 40,1% a 50% do CDI

(c) taxa efetiva 60,1% a 70% do CDI

(d) taxa efetiva 70,1% a 80% do CDI

(e) taxa efetiva 80,1% a 90% do CDI

(f) taxa efetiva 100,1% a 110% do CDI

(g) taxa efetiva 120,1% a 130% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis e emissão das respectivas dívidas.

(**) Operação sindicalizada - empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contaparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 30 de setembro de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 583.215 (R\$ 785.576 em 31 de dezembro de 2016).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 30 de setembro de 2017 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 6.761 (ganhos acumulados de R\$ 3.441 em 31 de dezembro de 2016), compensados dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 7.289 (ganho de R\$ 5.888 em 31 de dezembro de 2016),

Notas Explicativas

contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho total líquido de R\$ 528 (ganho total de R\$ 9.329 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
A partir de 01/10/2018	18.603
2019	162.314
2020	132.547
2021	87.031
2022	21.964
2023 a 2024	6.621
Subtotal	429.080
Marcação a mercado	7.019
Total	436.099

Pré-pagamento

Em Julho de 2017, foi liquidado o montante de R\$ 200.672 relativo ao empréstimo com o Banco J.P.Morgan, cujo vencimento original seria em fevereiro de 2018.

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Especificamente para as dívidas com o BNDES relacionadas ao (i) FINEM da Companhia, em 2017 foram aditivados os respectivos contratos com a inclusão de novos covenants financeiros, adicionais aos anteriormente existentes, que devem ser apurados anualmente nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) Manutenção, dos índices já apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016;
- (ii) Manutenção, pela controladora CPFL Energia, dos seguintes índices:
 - Dívida líquida dividida pelo EBITDA - valor máximo de 3,75;
 - Patrimônio líquido / (patrimônio líquido + dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28.
- (iii) Manutenção, pela State Grid Brazil Power (SGBP), dos seguintes índices:
 - Patrimônio líquido / Ativo Total superior a 0,30 (desconsiderando os efeitos do OCPC 01(R1)).

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

Notas Explicativas

(15) DEBÊNTURES

Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	30/09/2017				31/12/2016				
					Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
					Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total	
6ª Emissão													
Série Única	500	CDI + 0,80% (1)	CDI + 0,88%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017	Fiança da CPFL Energia	4.850	-	200.000	204.850	35.666	150.000	350.000	535.666
7ª Emissão													
Série Única	17.000	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,88%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	2.377	42.500	127.500	172.377	9.733	-	170.000	179.733
8ª Emissão													
1ª Série	130.000	IPCA+ 5,3473%	IPCA+ 5,3473%	2 Parcelas - Fev/2023 e Fev/2024	Fiança da CPFL Energia	872	-	131.347	132.219	-	-	-	-
2ª Série	250.000	111,25% CDI	111,25% CDI	2 Parcelas - Fev/2021 e Fev/2022	Fiança da CPFL Energia	2.914	-	250.000	252.914	-	-	-	-
Gastos com emissão (*)						-	(257)	(3.531)	(3.788)	-	(257)	(747)	(1.005)
Total						11.013	42.243	705.316	758.572	45.399	149.743	519.253	714.394

(1) A Companhia possui Swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 108,09% do CDI
 (*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2019	240.724
2020	41.806
2021	166.874
2022	124.760
2023 a 2024	131.152
Total	705.316

Adições no período

8ª emissão

No período de nove meses de 2017, foram subscritas e integralizadas 380.000 debêntures, nominativas e escriturais, sendo 130.000 debêntures da primeira série e 250.000 debêntures da segunda série, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 380.000 (R\$ 376.605 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos serão destinados: (i) primeira série: para a implementação e desenvolvimento de projetos de investimento em subestações e linhas de transmissão; e (ii) segunda série: para refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

Pré-pagamento

6ª emissão de debêntures – Em fevereiro de 2017, foram antecipadas o pagamento de duas parcelas de principal da 6ª emissão de debêntures no montante de R\$ 311.649, cujos vencimentos originais eram julho de 2017 e julho de 2018.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam, cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

A 8ª emissão de debêntures emitida em 2017 está sujeita há condições restritivas, que requer da controladora CPFL Energia a manutenção de índices financeiros, como seguem:

Notas Explicativas

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25;

Os detalhes das condições restritivas para as demais debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia e a controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	4.972
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	190
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(5.094)
Passivo atuarial líquido em 30/09/2017	68
Outras contribuições	94
Total passivo	162
Circulante	94
Não circulante	68

As despesas e receitas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	9 meses de 2017	9 meses de 2016
Custo do serviço	204	35
Juros sobre obrigações atuariais	28.047	26.078
Rendimento esperado dos ativos do plano	(28.061)	(26.687)
Efeito do limite a ser contabilizado	-	520
Total da despesa (receita)	190	(56)

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	8,15% a.a.	6,79% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% a .a.	5,00% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	ExpR_2012
	100% um ano após a primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	302	295
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	35.186	41.460
Bandeiras tarifárias e outros	26.698	136
Total	62.185	41.756

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Referem-se: (i) quota anual de CDE no montante de R\$ 19.146 (R\$ 27.227 em 31 de dezembro de 2016); (ii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014 no montante de R\$ 16.040 (R\$ 14.233 em 31 de dezembro de 2016). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do montante a pagar de CDE e o contas a receber – Eletrobrás (nota 11) no montante de R\$ 18.259.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	429	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	360	130
Imposto de renda e contribuição social a recolher	789	130
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	35.631	28.853
Programa de integração social - PIS	3.877	3.795
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	17.911	17.609
Outros	4.646	4.676
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	62.064	54.933
Total Circulante	62.853	55.063

Notas Explicativas

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2017		31/12/2016	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	37.443	16.257	42.920	17.743
Cíveis	42.003	26.219	39.461	23.210
Fiscais	63	22.553	187	21.330
Outros	1.802	-	1.931	-
Total	81.311	65.028	84.499	62.283

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 30/09/2017
Trabalhistas	42.920	8.573	(5.154)	(12.263)	3.366	37.443
Cíveis	39.461	20.192	(5.368)	(15.336)	3.054	42.003
Fiscais	187	24	(148)	(1)	-	63
Outros	1.931	6	-	(254)	118	1.802
Total	84.499	28.795	(10.668)	(27.853)	6.538	81.311

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estavam assim representadas:

	30/09/2017	31/12/2016	Principais causas
Trabalhistas	293.870	276.046	Pagamento de ajustes salariais, horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações
Cíveis	195.199	183.231	Danos pessoais, impactos ambientais, majoração tarifária e outros
Fiscais	857.116	828.227	Debitos fiscais de IRPJ e CSLL
Regulatório	25.871	26.494	Processos de fiscalizações técnicas, comerciais e outros
Total	1.372.056	1.313.998	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	2.958	3.068	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	52.339	43.051	2.639	6.696
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	22.786	16.170	8.889	10.626
EPE / FNDCT / PROCEL	1.973	2.321	-	-
Adiantamentos	1.287	2.639	167	235
Descontos tarifários - CDE	9.432	2.461	-	-
Provisão para gastos ambientais	220	-	-	-
Folha de pagamento	2.005	2.639	-	-
Participação nos lucros	4.255	5.839	182	290
Convênios de arrecadação	11.083	10.947	-	-
Outros	551	715	188	272
Total	108.889	89.850	12.065	18.119

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
CPFL Energia	869.123.914	150.665.862	1.019.789.776	100,00
Total das ações	869.123.914	150.665.862	1.019.789.776	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

21.1 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 28 de abril de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.169, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2016 sem emissão de novas ações.

21.2 – Distribuição de Dividendo

Na AGO/E de 28 de abril de 2017 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2016, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 24.672; (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 23.525.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 24.672 referente a dividendo.

(22) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados:

Notas Explicativas

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	24.790	88.240	18.743	75.845
Denominador				
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	869.123.914	869.123.914	869.123.914	869.123.914
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	150.665.862	150.665.862	150.665.862	150.665.862
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	0,02	0,09	0,02	0,07
Lucro líquido básico e diluído por ação preferencial - R\$	0,03	0,09	0,02	0,08

Para os períodos findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre (Reapresentado)	9 meses (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	447.333	1.291.861	406.583	1.320.907
Industrial	159.735	445.313	163.429	533.022
Comercial	196.751	604.048	184.592	655.959
Rural	63.366	189.565	50.880	179.191
Poderes públicos	26.483	75.387	25.587	80.518
Iluminação pública	27.071	75.995	23.388	75.276
Serviço público	31.784	91.240	27.782	91.783
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(3.258)	(9.469)	(2.867)	(10.224)
Fornecimento faturado	949.265	2.763.939	879.375	2.926.432
Fornecimento não faturado (líquido)	7.426	(1.206)	(22.433)	3.171
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(398.728)	(1.220.732)	(404.533)	(1.382.676)
Fornecimento de energia elétrica	557.962	1.542.002	452.409	1.546.927
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	56.174	157.617	49.187	165.644
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(8.906)	(24.483)	(8.028)	(25.930)
Energia elétrica de curto prazo	5.979	20.678	29.864	44.581
Suprimento de energia elétrica	53.247	153.812	71.023	184.295
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	407.634	1.245.216	412.561	1.408.606
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	76.161	238.000	75.871	245.073
(-) Transferência da receita de ultrapassagem e excedente de reativos	(874)	(2.259)	(748)	(2.173)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	115.660	280.485	82.397	219.569
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)	169.937	215.365	12.268	(228.635)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)	2.164	22.683	12.794	57.040
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	91.216	271.345	88.670	276.683
Outras receitas e rendas	14.163	38.748	10.473	32.301
Outras receitas operacionais	876.061	2.309.583	694.286	2.008.464
Total da receita operacional bruta	1.487.270	4.005.395	1.217.718	3.739.686
Deduções da receita operacional				
ICMS	(256.757)	(751.520)	(238.657)	(784.988)
PIS	(22.542)	(61.032)	(18.485)	(57.232)
COFINS	(103.829)	(281.119)	(85.143)	(263.614)
ISS	(31)	(88)	(29)	(89)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(105.558)	(322.620)	(124.380)	(385.881)
Programa de P & D e eficiência energética	(8.357)	(21.723)	(6.437)	(18.746)
PROINFA	(3.758)	(13.544)	(4.798)	(10.618)
Bandeiras tarifárias e outros	(32.025)	(75.617)	(2)	(64.547)
Outros	(905)	(2.682)	(885)	(2.734)
Receita operacional líquida	533.760	(1.529.945)	(478.816)	(1.588.449)
	953.510	2.475.450	738.902	2.151.237

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica - em GWh (*)				
Classe de consumidores				
Residencial	656	1.981	646	1.960
Industrial	312	909	351	1.061
Comercial	293	947	298	988
Rural	181	574	164	530
Poderes públicos	41	122	43	127
Iluminação pública	78	232	77	224
Serviço público	61	181	57	176
Fornecimento faturado	1.623	4.948	1.636	5.066
Consumo próprio	1	3	1	4
Fornecimento de energia elétrica	1.624	4.951	1.637	5.070
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	320	1.035	317	1.015
Energia elétrica de curto prazo	54	145	354	548
Suprimento de energia elétrica	375	1.180	670	1.563

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

Receita de operações com energia elétrica (*)	30/09/2017	30/09/2016
Classe de consumidores		
Residencial	1.211.269	1.190.835
Industrial	13.449	13.678
Comercial	100.549	103.801
Rural	137.478	136.790
Poderes públicos	11.749	11.769
Iluminação pública	321	317
Serviço público	2.195	2.179
Consumo Próprio	156	153
Total	1.477.166	1.459.522

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) e Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

Em 13 de junho de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.252, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 19 de junho de 2017, em positivo de 3,57%, sendo 2,37% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,20% relativos aos componentes financeiros pertinentes, sendo que o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é positivo em 5%. (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores foi negativo de -10,89% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão ficaram vigentes somente no mês de abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide com o mês civil, essa redução se deu na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

Em 14 de junho de 2016, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.082, que fixou o reajuste das tarifas da Companhia a partir de 19 de junho de 2016, em negativo de 1,48%, sendo 0,67% referentes ao reajuste tarifário econômico e 0,81% relativos aos componentes financeiros pertinentes, sendo que o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é negativo em 7,51%. (conforme divulgado na Resolução Homologatória).

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi registrada receita de R\$ 271.345 (R\$ 276.683 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), sendo: (i) R\$ 13.080 (R\$ 15.111 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 252.314 (R\$ 253.974 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) referentes a demais subsídios e outros descontos tarifários, e (iii) R\$ 5.951 (R\$ 7.598 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

Notas Explicativas

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foram homologados pela ANEEL, os meses de dezembro de 2016 a julho de 2017. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 52.902, o valor repassado para a Companhia pela CCRBT foi de R\$ 28.381 totalizando R\$ 81.283 que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). A bandeira tarifária dos meses de agosto e setembro de 2017, no montante de R\$ 26.715 continuam em aberto e estão registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A ANEEL, por meio das REH nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela REH nº 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, cujos valores foram atualizados pela REH nº 2.231 de 25 de abril de 2017, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de junho de 2017 a maio de 2018.

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	84.176	248.999	88.210	288.619
PROINFA	12.351	34.551	13.164	43.655
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	506.265	1.243.666	335.930	881.586
Crédito de PIS e COFINS	(55.758)	(141.267)	(40.451)	(112.282)
Subtotal	547.035	1.385.947	396.852	1.101.578
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	76.157	147.429	35.432	105.401
Encargos de transporte de Itaipu	9.374	13.683	2.553	7.400
Encargos de conexão	9.252	25.522	8.329	21.529
Encargos de serviço do sistema - ESS	(12.553)	(36.671)	14.714	50.706
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	1.070	20.643
Crédito de PIS e COFINS	(7.606)	(13.872)	(5.744)	(19.025)
Subtotal	74.623	136.092	56.354	186.654
Total	621.658	1.522.039	453.206	1.288.232
Energia comprada para revenda - GWh(*)				
Energia de Itaipu Binacional	420	1.243	488	1.450
PROINFA	52	144	53	143
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	1.829	5.626	2.027	6.004
Total	2.300	7.013	2.567	7.597

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Despesas Operacionais										Total	
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
Pessoal	18.565	16.172	-	-	9.312	8.561	4.987	4.971	-	-	32.864	29.704
Entidade de previdência privada	63	215	-	-	-	-	-	-	-	-	63	215
Material	6.437	5.782	358	42	480	853	1.557	273	-	-	8.832	6.950
Serviços de terceiros	16.378	14.605	54	91	5.725	6.325	14.056	13.028	-	-	36.213	34.049
Amortização	30.286	27.631	-	-	235	264	4.952	6.163	-	-	35.473	34.058
Custos com construção da infraestrutura	-	-	115.660	82.397	-	-	-	-	-	-	115.660	82.397
Outros	2.111	2.617	(2)	-	8.765	4.647	12.768	8.665	16.910	10.970	40.552	26.899
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.339	2.935	-	-	-	-	3.339	2.935
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	5.329	1.613	-	-	-	-	5.329	1.613
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	1.011	989	-	-	1.011	989
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	548	484	-	-	548	484
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	10.050	7.313	-	-	10.050	7.313
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	145	-	-	-	145	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	11.025	5.073	11.025	5.073
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	5.918	5.918	5.918	5.918
Outros	2.111	2.617	(2)	-	97	98	1.014	(121)	(33)	(21)	3.187	2.573
Total	73.840	67.021	116.070	82.531	24.517	20.649	38.320	33.101	16.909	10.970	269.656	214.272

	9 meses											
	Despesas Operacionais										Total	
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
Pessoal	54.804	51.449	-	-	28.138	25.151	16.547	13.534	-	-	99.489	90.134
Entidade de previdência privada	190	(56)	-	-	-	-	-	-	-	-	190	(56)
Material	19.326	17.478	390	69	2.129	2.379	2.038	792	-	-	23.883	20.718
Serviços de terceiros	44.843	43.332	140	187	18.043	18.664	42.146	35.610	-	-	105.172	97.793
Amortização	88.762	81.606	-	-	774	791	17.046	18.591	-	-	106.582	100.988
Custos com construção da infraestrutura	-	-	280.485	219.569	-	-	-	-	-	-	280.485	219.569
Outros	9.438	12.888	(4)	(2)	23.926	23.502	32.187	37.101	41.799	34.470	107.346	107.959
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	9.689	9.051	-	-	-	-	9.689	9.051
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	13.970	14.147	-	-	-	-	13.970	14.147
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	3.105	2.998	-	-	3.105	2.998
Publicidade e propaganda	-	20	-	-	-	-	1.301	1.240	-	-	1.301	1.260
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	24.980	31.810	-	-	24.980	31.810
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	494	-	-	-	494	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	24.122	16.763	24.122	16.763
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	17.753	17.753	17.753	17.753
Outros	9.438	12.868	(4)	(2)	266	304	2.307	1.053	(76)	(46)	11.931	14.177
Total	217.363	206.697	281.011	219.824	73.009	70.486	109.965	105.628	41.799	34.470	723.147	637.105

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	2017		2016	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre (Reapresentado)	9 meses (Reapresentado)
	Receitas			
Rendas de aplicações financeiras	4.328	26.070	20.995	54.095
Acréscimos e multas moratórias	7.783	24.554	9.741	26.947
Atualização de créditos fiscais	353	353	517	1.904
Atualização de depósitos judiciais	880	2.894	1.130	2.861
Atualizações monetárias e cambiais	1.018	5.948	892	11.412
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	500	1.409	525	1.221
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	(1.105)	-	-	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(879)	(3.775)	(2.188)	(5.719)
Outros	1.085	3.928	1.391	5.076
Total	13.963	61.382	33.003	97.797
Despesas				
Encargos de dívidas	(28.264)	(95.938)	(41.140)	(118.849)
Atualizações monetárias e cambiais	(7.085)	(47.964)	(28.322)	(62.170)
(-) Juros capitalizados	1.229	3.097	1.082	2.997
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(630)	(630)	(1.059)	(15.681)
Outros	(2.329)	(10.663)	(5.649)	(11.039)
Total	(37.079)	(152.099)	(75.087)	(204.741)
Resultado financeiro	(23.116)	(90.717)	(42.084)	(106.944)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,50% a.a durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e 2016 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 42.144 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 201.005 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) (nota 29).

Notas Explicativas

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- **State Grid Brazil Power Participações S.A.**

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- **ESC Energia S.A.**

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 2.969 (R\$ 1.380 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). Este valor é composto por R\$ 2.902 (R\$ 1.325 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), referente a benefícios de curto prazo e R\$ 67 (R\$ 40 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016) de benefícios pós-emprego, e de R\$ 15 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 de outros benefícios e referem-se a valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo
Encargos	30/09/2017	9 meses de 2017
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	122	8.706

As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid Corporation of China, descrita na nota 33.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

	Ativo	Passivo	Receita	Despesa/custo
	31/12/2016	31/12/2016	9 meses 2016	9 meses 2016
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	1.567	-	-	1
Empréstimos e Financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)				
Banco do Brasil S.A.	-	285.795	-	29.237
Outras operações financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	326	68	571
Materiais e prestação de serviço				
TIM Celular S.A.	3	-	-	-
TOTVS S.A.	-	-	-	1
Compra e venda de energia e encargos				
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	5	-	153
Aliança Geração de Energia S.A.	-	71	-	2.299
Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	38
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	73	-	-	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	70	-	-	-
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	24
Norte Energia S.A.	-	270	-	1.600
SE Naranjita S.A.	-	-	-	19
Serra do Fação Energia S.A. - SEFAC	-	209	-	6.650

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia, são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	9 meses 2017	9 meses 2016	9 meses 2017	9 meses 2016
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	4	-	8	2	-	-	30	31
Companhia Paulista de Força e Luz	28	16	339	349	-	-	3.556	3.396
Companhia Piratininga de Força e Luz	13	7	198	169	-	-	1.859	1.575
Companhia Luz e Força Santa Cruz	1	1	-	-	-	-	(12)	(7)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	(3)	(2)
Companhia Sul Paulista de Energia	1	-	-	-	-	-	(4)	(2)
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	10	6	-	-	88	83
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)
CPFL Geração de Energia S.A.	4	-	14	11	-	-	97	118
CPFL Energia S.A.	4	-	-	-	-	-	(25)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	1	-	-	-	-	-	(9)	-
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	20	20	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	37	34
Dividendo/ juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	23.525	24.672	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	3.637	5.803	540	258	-	-	594	311
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.201	7.079	-	-	9.800	8.353
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	980	6.233	-	-	8.437	6.736
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	140
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	1.026	6.697	-	-	8.888	7.722
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	12	12	-	-	(1)	12
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	595	231	-	-	1.942	1.302
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4	4	-	-	37	35
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.120	2.243	-	-	14.529	13.565
CPFL Renováveis - Consolidado	6	6	25	48	51	48	846	893
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	18	19
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	5	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	791	-	-	-	4.025	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	-	-	-	-	17	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	15	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	-	-	-	17	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	393	387

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	30/09/2017	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	72.827	72.827
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	34.026	34.026
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	124.054	124.054
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	1.405.282	1.405.282
					1.636.189	1.636.189
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (***)	305.215	276.568
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14(**)	(a)	(2)	Nível 2	580.527	580.527
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	758.572	753.555
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	17.890	17.890
					1.662.204	1.628.540

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 10.202 nos 9 meses de 2017 (uma perda de R\$ 42.845 nos 9 meses de 2016).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Disponível para venda
- (c) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber – Eletrobrás (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação, e (vi) ativo financeiro setorial.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; (vii) convênio de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4 o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foram de R\$ 24.118 (R\$ 61.227 período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016),

Notas Explicativas

assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 30 de setembro de 2017 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / Indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo								
Hedge variação cambial								
Bank of Tokyo-Mitsubishi	20.742	-	20.742	20.723	19	dólar	04/2018	36.270
Bank of Tokyo-Mitsubishi	92.399	-	92.399	92.147	252	dólar	05/2018	168.346
Bradesco	10.323	-	10.323	10.304	19	dólar	10/2017	32.715
Bradesco	-	(4.761)	(4.761)	(6.232)	1.471	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(4.550)	(4.550)	(6.223)	1.672	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(4.211)	(4.211)	(6.219)	2.009	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(4.368)	(4.368)	(6.215)	1.847	dólar	05/2021	59.032
Subtotal	123.464	(17.890)	105.574	98.285	7.289			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo								
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Votorantim	590	-	590	39	551	CDI	02/2021	170.000
Subtotal	590	-	590	39	551			
	124.054	(17.890)	106.164	98.324	7.840			
Circulante	123.464	-						
Não circulante	590	(17.890)						
Total	124.054	(17.890)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Conta contábil	Ganho (Perda)			
		2017		2016	
		3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Varição de taxas de juros	Despesa financeira - operação de swap	50	11	(436)	(432)
Varição cambial	Despesa financeira - operação de swap	(25.560)	(44.590)	(21.890)	(243.907)
Marcação a mercado	Despesa financeira - ajuste a valor justo	(1.075)	2.435	8.410	43.334
		(26.584)	(42.144)	(13.916)	(201.005)

Notas Explicativas

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 30 de setembro de 2017 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(583.216)		(25.755)	126.488	278.730
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	589.734		26.043	(127.901)	(281.846)
Total	6.518	baixa dolar	288	(1.413)	(3.116)

(a) A taxa de cambio considerada em 30.09.2017 foi de R\$ 3,17 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,31, e a depreciação cambial de 4,42%, referente ao dólar.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto o câmbio apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 30 de setembro de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 8,14% a.a.; TJLP 7,00% a.a., IPCA 2,47% a.a. e SELIC 11,40% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 56.606 (despesas com CDI R\$ 82.088 e TJLP R\$ 9.652 e receitas com IPCA R\$ 31.445 e SELIC R\$ 3.689). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Cenário I (a)	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	105.263		(1.126)	734	2.595
Instrumentos financeiros passivos	(630.141)		6.743	(4.395)	(15.533)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(483.570)		5.174	(3.373)	(11.920)
	(1.008.448)	alta CDI	10.791	(7.034)	(24.858)
Instrumentos financeiros passivos	(137.879)		-	(2.413)	(4.826)
	(137.879)	alta TJLP	-	(2.413)	(4.826)
Instrumentos financeiros passivos	(132.219)		(1.626)	(403)	820
Ativo financeiro da concessão	1.405.282		17.285	4.286	(8.713)
	1.273.063	baixa IPCA	15.659	3.883	(7.893)
Ativos e passivos financeiros setoriais	92.808		(3.935)	(5.596)	(7.258)
Instrumentos financeiros passivos	(60.451)		2.563	3.645	4.727
	32.357	baixa SELIC	(1.372)	(1.951)	(2.531)
Total	159.093		25.078	(7.515)	(40.108)

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 7,07%, 7,00%, 3,70% e 7,16% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

Notas Explicativas

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 um valor de R\$ 3.097 (R\$ 2.997 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016), referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 26).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Av. Barão de Itapura, 950 - 6º andar

13020-431 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 2129-8700, Fax +55 (19) 2129-8728

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Rio Grande Energia S.A.

Caxias do Sul - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rio Grande Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de março de 2017, sem qualquer modificação. Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.6, foram revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 6 de novembro de 2017, sem qualquer modificação.

Campinas, 6 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Márcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Rio Grande Energia, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Mário de Boni, 1902, Floresta, CEP 95012-580, Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.439/0001-38, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Rio Grande Energia do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Rio Grande Energia do período findo em 30 de setembro de 2017.

Campinas, 6 de novembro de 2017.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da Rio Grande Energia, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Mário de Boni, 1902, Floresta, CEP 95012-580, Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.439/0001-38, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Rio Grande Energia do período findo em 30 de setembro de 2017;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da Rio Grande Energia do período findo em 30 de setembro de 2017.

Campinas, 6 de novembro de 2017.

José Carlos Saciloto Tadiello

Diretor Presidente

Gustavo Estrella

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Wagner Luiz Schneider de Freitas

Diretor Administrativo

Thiago Freire Guth

Diretor de Distribuição

Roberto Sartori

Diretor de Gestão de Energia